



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

REF: CONCORRÊNCIA PÚBLICA: 006/2022-R1 – Processo Administrativo SEI-260005/002586/2022' cujo objeto da presente Concorrência é a contratação de empresa especializada, devidamente regularizada, para prestar, junto a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC, obra de REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DA FAETEC – CAMPUS JOÃO BARCELOS MARTINS, Situado na Av. Alberto Lamego, 712 - Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes – RJ.

Requerente: ETEPAR CONSTRUÇÕES

PERGUNTA-SE: EM ANEXO.

Resposta: Em atenção ao pedido de questionamento em questão, esclarecemos que a certificação junto ao INEA é exigida corretamente no instrumento convocatório, e tem como fundamento a Lei Federal nº 9.605/98, Lei Estadual nº 3.467/00, bem como a Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Sanitária (DZ-215.R-4), aprovada pela Deliberação CECA nº 4.886 de 25/09/2007, além de atender à NT-202.R-10 (Critérios e Padrões para lançamento de Efluentes Líquidos), aprovada pela Deliberação CECA nº 1.007 de 04/12/1986; à NOP-INEA-24 (Norma Operacional para o Licenciamento Ambiental da Atividade de Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos), aprovada pela Resolução INEA nº 105 de 07/01/2015; à NOP-INEA-26 {Norma Operacional para o Licenciamento das Atividades de Coleta e Transporte Rodoviário de Resíduos Perigosos (Classe I) e Não Perigosos (Classe IIA e IIB)}, aprovada pela Resolução INEA nº 113 de 17/04/2015; à NOP-INEA-35 (Norma Operacional para Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos – Sistema MTR), aprovada pela Resolução CONEMA nº 79 de 07/03/2018; e a NBR-13.221 da ABNT, que versa sobre Transporte Terrestre de Resíduo.

Justamente em decorrência dos supracitados diplomas legais, que a Egrégia Corte de Contas Fluminense, em análise preliminar do instrumento convocatório em baila, de forma cristalina e conclusiva, fixa consolidado entendimento da Corte de Contas quanto a legalidade de exigir certificação expedida pelo INEA NA FASE DE HABILITAÇÃO e do dever da Administração



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

de prover esta exigência, “a fim de que os interessados viabilizem a obtenção das licenças junto ao órgão ambiental competente”, o que foi perfeitamente atendimento por esta Administração Pública Estadual, uma vez que o instrumento convocatório teve o seu aviso de licitação regularmente publicado nos competentes e idôneos meios de comunicação, bem como se encontra disponíveis nos canais oficiais; conforme transcrição, abaixo, do trecho do voto GCS-3, da Lavra do Eminentíssimo Conselheiro-Substituto Christiano Ghuerren, nos autos do processo nº 231.739-2/22:

VOTO GCS-3

PROCESSO: TCE-RJ nº 231.739-2/22

ORIGEM: FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

“ ...

Não assiste razão à Representante no que tange ao questionamento da exigência de certificação expedida pelo INEA na fase de habilitação, eis que, de acordo com o entendimento já consolidado desta Corte de Contas¹ não há que se falar em violação à competitividade no cenário em que se exige, de todos os potenciais interessados, o respectivo licenciamento ambiental e demais documentos que comprovem a regularidade ambiental. Em se tratando de documentação própria ao desempenho regular das atividades por empresas do ramo, deve a Administração promover, com a devida antecedência que exige o planejamento das licitações públicas, a publicidade do instrumento convocatório, a fim de que os interessados viabilizem a obtenção das licenças junto ao órgão ambiental competente, sendo improcedente a Representação sob esse aspecto.”

Assim, de forma clara e cristalina, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em voto que analisa o instrumento convocatório desta Fundação, já manifestou que é lícito exigir a certificação junto ao INEA, na fase de habilitação, não havendo nenhuma alteração a ser feita no aludido edital.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2022.

Jhonatan Silva Santos

Presidente da Comissão de Licitação